

INTRODUÇÃO

A população dos deficientes faz parte do conjunto das populações particulares que se deve ter em conta aquando dos recenseamentos. O interesse e a importância de um estudo desta categoria de população reside no facto de que para planificar o desenvolvimento socio-económico é necessário ter em consideração as populações mais vulneráveis.

É certo que São Tomé e Príncipe não apresenta os condicionalismos das guerras ou das grandes catástrofes que ocorreram ou ocorrem em muitos pólos do mundo, cujo efeito imediato dentre outros, fez e faz aumentar o número de deficientes, nem padece de algumas enfermidades conhecidas pelas sequelas que deixam, como por exemplo a poliomielite.

Esta secção é consagrada à análise destas informações e, sobretudo, ao estudo das características essenciais da população de deficientes (idade, sexo, zonas de residência, nível de instrução, etc.), de acordo com os dados fornecidos pelo Recenseamento Geral da População e Habitação de 2001. A actividade económica e a eventual situação de emprego da população portadora de deficiência serão de igual modo analisadas.

Esperamos assim que este trabalho seja um contributo para que se revalorize e se considere a existência deste grupo vulnerável da população e a participação activa que os mesmos podem dar para o desenvolvimento sócio-económico do país, através de políticas adequadas e de programas de acção dirigidas aos portadores de deficiências, no âmbito da igualdade de oportunidades e de direitos do cidadão a auferir no quadro da cidadania.

Assim, este documento que pretende fazer uma análise dos dados do recenseamento relativos à população portadora de deficiência, estrutura-se em sete capítulos a saber:

O primeiro capítulo contextualiza esta franja da população e faz a abordagem dos objectivos do estudo, da existência de políticas e programas a favor da população portadora de deficiência, dos aspectos metodológicos de recolha dos dados, assim como de algumas definições de cada tipo de deficiência, segundo o questionário de RGPH.

O segundo capítulo destaca o efectivo da população portadora de deficiência, a sua caracterização por tipo de deficiência e sexo, assim como sua distribuição espacial.

O terceiro capítulo é consagrado à análise da população deficiente considerando a estrutura etária.

O quarto capítulo destina-se à análise da população portadora de deficiência segundo os vários tipos de deficiência.

O quinto capítulo analisa as variáveis de instrução e frequência escolar da população portadora de deficiência.

O sexto capítulo destina-se a analisar a actividade económica da população deficiente.

O sétimo capítulo destaca o estado civil da população deficiente.

A . IMPORTÂNCIA DO TEMA NO CONTEXTO GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A.1 – Situação dos Deficientes

É a partir dos finais da década de 80 e inícios da década de 90 que São Tomé e Príncipe começa efectivamente a interessar-se pela problemática dos portadores de deficiência, ratificando as normas das Nações Unidas sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas portadoras de deficiência, cujo objectivo é o de promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência, a sua reabilitação e a plena participação em igualdade de oportunidades na vida social e económica do país.

Assim e neste contexto o Governo inclui esta temática no recenseamento 1991 e manifesta intenções de promover acções sociais e económicas, reconhecendo o contributo que os portadores de deficiência podem dar para o desenvolvimento do país. De igual modo a sociedade civil começa a organizar-se com o surgimento de ONG's tais como a Associação dos Cegos e Amblíopes de São Tomé e Príncipe (ACASTEP), que vêm desenvolvendo algumas acções de sensibilização e de informação sobre a necessidade de dar-se oportunidade aos deficientes, e promover a sua integração e participação no desenvolvimento social e económico.

Ainda assim pensamos que a população portadora de deficiência está aquém desses objectivos pois são ainda marcantes os obstáculos que os mesmos enfrentam devido a ausência de condições que permitam uma grande parte dos mesmos estarem integrados num processo de estudo/aprendizagem, a ausência de formação profissional.

A integração social dos portadores de deficiência é ainda marcada pela falta de dispositivos de compensação (cadeiras de rodas, muletas, próteses diversas, etc).

O desemprego afecta seriamente esta camada social e quando ele existe é muito mal remunerado, fazendo com que a grande maioria seja efectivamente dependente de outrem.

É notório um certo grau de marginalização a que estão sujeitos os portadores de deficiência e a inadaptação de infra-estruturas às suas condições físicas e mentais. A situação por si já grave atinge de forma directa aqueles que os rodeiam, aumentando a amplitude do problema e as suas consequências.

Em São Tomé e Príncipe existem somente duas ONG consagradas directamente ao trabalho com os portadores de deficiência. A Sociedade Nacional da Cruz Vermelha também tem dado apoio considerável aos deficientes através de com acções de âmbito social, de caridade e de facilitação da mobilidade dos mesmos.

A mobilização de recursos diversos impõe-se de urgência para garantir uma melhor qualidade de vida aos portadores de deficiência, permitindo assim melhorar a acessibilidade à educação, formação profissional, emprego e redução dos níveis de pobreza.

A.2 – Objectivos do estudo

O Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH) de 2001 tinha também como objectivo o de recolher informações que possam permitir avaliar o efectivo das pessoas deficientes, tipos de deficiências, distribuição espacial dos mesmos, assim como as suas principais características (afecção etária e por sexo, nível de instrução e escolaridade, actividade económica e situação do emprego).

O estudo permite também recolher informações que deverão contribuir para sensibilizar e aumentar a consciência social sobre os constrangimentos sociais e económicos que os portadores de deficiências enfrentam e assim diminuir a sua marginalização.

A.3 – Políticas e Estratégias Nacionais a Favor dos Deficientes

De forma expressa não existem políticas nem estratégias a favor dos deficientes. Contudo, nota-se que constitui uma preocupação para os governantes de algum tempo a esta parte, embora não se verifique que seja uma prioridade para os mesmos. É verdade que teoricamente eles gozam dos mesmos direitos que o resto da população (salvaguardados na Constituição da República) mas pelo facto de apresentarem limitações de vária ordem, não podem ser gozar estes mesmos direitos tal como os outros cidadãos. Daí a grande ausência de oportunidades de que os deficientes são vítimas na sociedade são-tomense por falta de leis específicas, regulamentos que protejam e promovam o desenvolvimento e uma melhor inserção dos portadores de deficiência. No entanto, a sociedade civil começa a organizar-se em prol dos portadores de deficiência e, assim surgem duas ONG com o intuito de advogar e lutar pela inserção dos deficientes no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe: a Associação Nacional dos Deficientes e a Associação dos Cegos e Amblíopes de São Tomé e Príncipe. A Sociedade Nacional da Cruz Vermelha tem ao longo dos tempos contribuído para a facilitação da integração de alguns deficientes na vida socio-económica, nomeadamente os deficientes físicos. Ainda neste âmbito algumas congregações religiosas vêm prestando apoios de forma pontual a certos deficientes, no quadro das suas acções de caridade.

A.4 – Metodologia

A.4.1 – Recolha de dados

A técnica de recolha de informação sobre a população portadora de deficiência aquando do RGPH 2001, consistiu em perguntar a todas as pessoas recenseadas se tinham alguma deficiência (P8 do questionário). Atendendo a delicadeza desta pergunta nem todos responderam com a mesma facilidade desejada, porquanto conhecemos bem o desprezo e a marginalização de que sofrem uma parte da população portadora de deficiência, sobretudo os deficientes físicos. É assim e por questões de ética que os inquiridores foram instruídos sobre a forma de como colocar as questões relacionadas com o tema.

A pergunta “tem deficiência” tinha duas alternativas a saber: portador ou não de uma deficiência. Ser portador de uma deficiência dava possibilidades à uma classificação em seis variantes entre elas “outras deficiências” sem especificação alguma; o questionário também não abriu alternativa para o registo dos portadores de deficiência múltipla salvo nos casos das paralisias cerebrais onde segundo a definição temos a combinação de deficiências motoras e sensoriais fundamentalmente.

A.4.2 - Limites e vantagens

A pergunta P8 permitiu-nos contabilizar os portadores de deficiência existentes no país em 2001 e cruzando-as com as outras perguntas do questionário proporcionou-nos a caracterização da situação socio-económica e demográfica desta mesma população.

A ausência da variável “deficiência múltipla” não nos permitiu conhecer e caracterizar as pessoas nesta situação e o mesmo se passa com alguns subtipos de deficiências motoras como por exemplo se elas eram unilaterais ou bilaterais, do lado esquerdo ou do direito, se a cegueira ou a surdez eram totais ou parciais, etc.

A comparação entre a situação de 1991 e a de 2001 não pôde ser feita porque a metodologia e os tipos de deficiência não foram tratados da mesma maneira nos dois recenseamentos.

A.5 – Definição de cada tipo de deficiência segundo o questionário do RGPH

A.5.1 - Deficiências funcionais

- Visão : incapacidade total ou parcial para ver.
- Audição : incapacidade total ou parcial para ouvir.
- Deficiência Mental : os deficientes mentais apresentam limitações no seu desenvolvimento devido à redução das capacidades que contribuem para o nível global de inteligência, isto é, habilidades cognitivas, linguísticas, motoras e sociais manifestadas durante o período de desenvolvimento.

A.5.2 - Deficiências físicas

- Locomoção/Motora : incapacidade total ou parcial na mobilidade dos membros. Podem ser paralisias dos membros superiores e/ou inferiores.
- Paralisia cerebral : estado deficitário neurológico onde, além do déficit motor existe deficit psico-intelectual no individuo para a linguagem, audição, visão, coordenação e interpretação do meio que o rodeia.

B. EFECTIVOS E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS DEFICIENTES**B.1. Efectivo dos deficientes em 1991 e em 2001**

O RGPH de 1991 revelou que a população dos deficientes rondava as 4.675 pessoas, ou seja cerca de 4,0% da população total residente. Nessa altura os deficientes não apresentaram diferenças significativas em relação ao sexo, pois 4,3% eram do sexo masculino e 3,6% do sexo feminino.

O RGPH de 2001, mostra que a população dos deficientes de São Tomé e Príncipe é de 4.414 indivíduos, representando 3,2% do total da população residente. Comparando com os resultados do precedente RGPH, constata-se uma ligeira redução, embora não muito significativa.

Em 2001, os homens portadores de uma deficiência representam 49,5% do total da população deficiente e as mulheres 50,5% (tabela B.1).

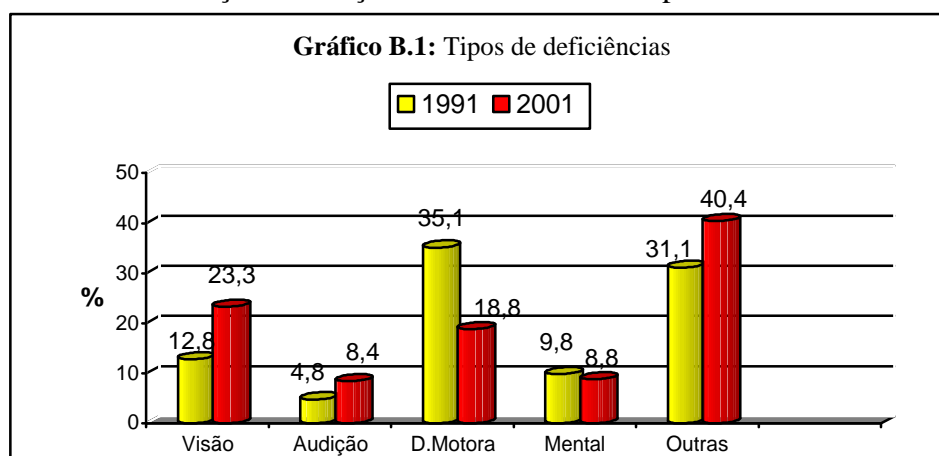
Tabela B.1. : População residente por sexo, segundo a deficiência						
Deficiências físicas e mentais	Sexo					
	Total		Homens		Mulheres	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
RGPH 1991						
Total	117.504	100,0	58.040	100,0	59.464	100,0
Sem deficiência	112.829	96,0	55.520	95,7	57.309	96,4
Com deficiência	4.675	4,0	2.520	4,3	2.155	3,6
Visão	603	0,5	333	0,6	270	0,4
Audição	226	0,2	109	0,2	117	0,2
Locomoção/Motora	1.641	1,4	979	1,7	662	1,1
Mental	459	0,4	247	0,4	212	0,4
Outras	1.456	1,2	704	1,2	752	1,3
RGPH 2001						
Total	137.599	100,0	68.236	49,6	69.363	50,4
Sem deficiência	133.185	96,7	66.049	49,6	67.136	50,4
Com deficiência	4.414	3,2	2.187	49,5	2.227	50,5
Visão	1.032	0,75	489	47,4	543	52,6
Audição	371	0,26	192	51,8	179	48,2
Locomoção/Motora	638	0,46	337	52,8	301	47,2
Mental	391	0,28	204	52,2	187	47,8
Paralisia cerebral	196	0,14	111	56,6	85	43,4
Outras	1.786	1,29	854	47,8	932	52,2

Verificamos ainda que a incidência a nível nacional corresponde a 1,59% e 1,62%, para homens e mulheres respectivamente.

Quanto aos tipos de deficiências, o gráfico B.1 indica-nos que são em maior número as “outras deficiências” não especificadas. No entanto, parece ter havido um incremento nas deficiências visuais, tendo passado de 0,5% em 1991, para 0,75% em 2001; afecta, portanto, cerca de 23,3% de pessoas no conjunto da população de deficientes. A seguir vêm as deficiências motoras na ordem de 18,8%, revelando uma franca diminuição em relação aos 35,1% do ano de 1991.

Não está claro o que constituem as paralisias cerebrais, pois estas, por definição, expressam-se sobretudo por dificuldades motoras de vária ordem e característica; portanto deveriam estar

englobadas no conjunto das deficiências motoras. O gráfico B.1 mostra que as deficiências mentais diminuíram em relação à situação verificada no censo precedente.



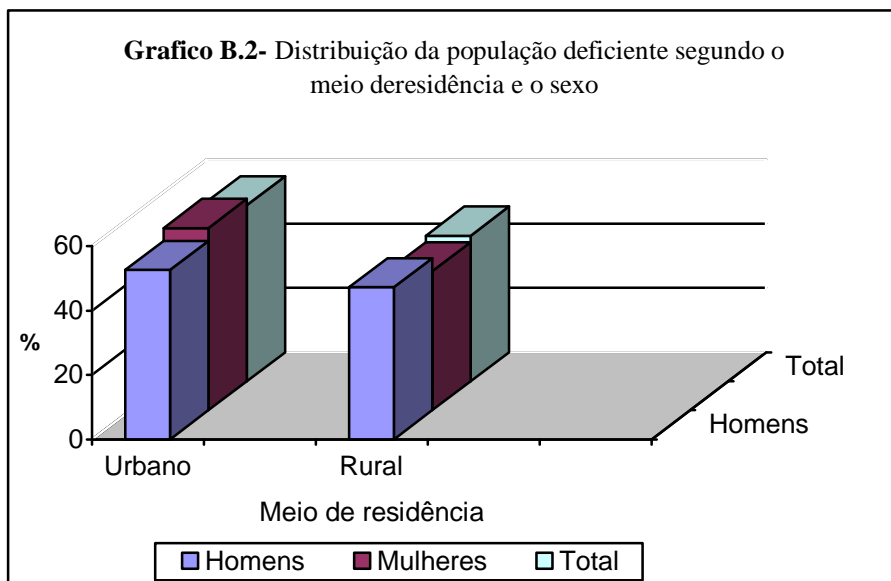
Conforme se pode observar na tabela B.2, um pouco mais de metade (54,7%) da população portadora de deficiência está concentrada no meio urbano (54,7%). A incidência é igual no meio urbano e rural (3,2%).

Todos os tipos de deficiências são mais prevalentes nas áreas urbanas, salvo as paralisias cerebrais que se manifestam mais nas rurais (58,2%); no meio urbano as deficiências visuais são mais manifestas (54,9%), seguindo-se as deficiências de audição (53,1%) e as motoras (52,8%).

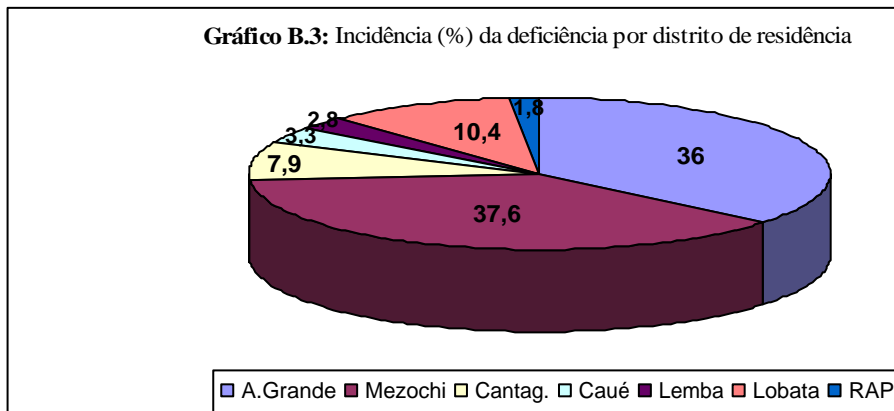
Tabela B.2 : População residente segundo meio de residência e segundo a deficiência

Deficiências físicas e mentais	Meio de residência					
	Total		Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	137.599	100,0	75.013	54,5	62.586	45,5
Sem deficiência	133.185	100,0	72.598	54,5	60.587	45,5
Com deficiência	4.414	100,0	2.415	54,7	1.999	45,3
Visão	1.032	100,0	567	54,9	465	45,1
Audição	371	100,0	197	53,1	174	46,9
Locomoção/Motora	638	100,0	337	52,8	301	47,2
Mental	391	100,0	199	50,9	192	49,1
Paralisia cerebral	196	100,0	82	41,8	114	58,2
Outras	1.786	100,0	1.033	57,8	753	42,2

Existem mais deficientes do sexo feminino (56,7%) nas áreas urbanas (gráfico B.2) do que do sexo masculino (52,7%); o contrário se verifica no meio rural, onde há mais homens deficientes (47,3%) do que mulheres (43,3%). Esta situação corresponde perfeitamente com a distribuição global da população são-tomense.

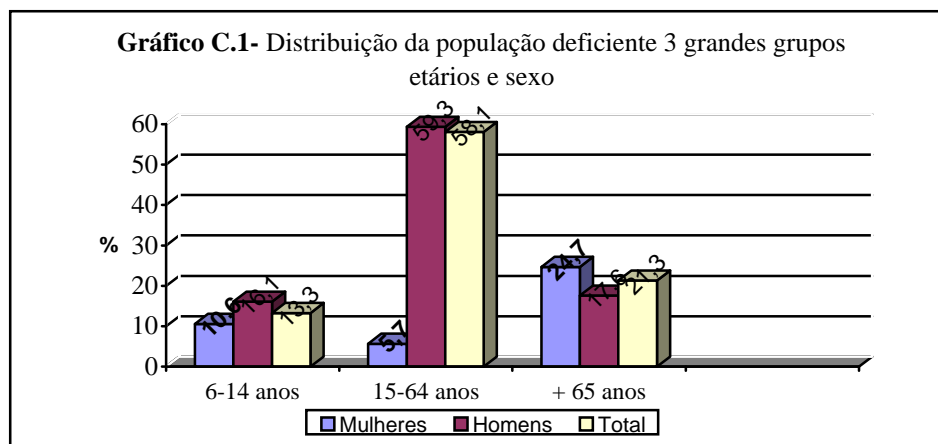


A variação espacial da população portadora de deficiência é como nos mostra o gráfico B.3. O distrito que tem a maior parte dos deficientes é o de Mé-Zochi (37,6%); se analisarmos em relação ao efectivo da população residente, a incidência, neste distrito, é de 4,7%, enquanto que em Água Grande, com 36% dos deficientes, a incidência em relação à população residente é de cerca de 3%. Outro distrito com significativo número de deficientes é o de Lobata, com cerca de 10,4% do total dos deficientes e uma incidência, no conjunto da população residente, de também 3%.



C. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DEFICIENTE

A análise do gráfico C.1 permite ter uma percepção global da incidência das deficiências nos grandes grupos etários e o fenómeno é, de certo modo, crescente em função da idade, sendo a incidência é bem manifesta, tanto nos homens como nas mulheres no grupo etário dos 15 aos 64 anos.



Quanto ao meio de residência vemos na tabela C.1 que a incidência das deficiências mantém-se superior no meio urbano (58,1%) em relação ao rural (54,7%) dentro do grupo etário dos 15 aos 64 anos. Ao contrário, é mais elevada no meio rural entre os maiores de 65 anos. Para os restantes grupos (0-5 e 6-14 anos), ela é bastante semelhante nos dois meios.

Tabela C.1 : Distribuição percentual da população deficiente por grande grupo etário segundo o sexo e meio de residência.

Grupo etário	Meio de residência					
	Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
0-5	7.3	7.7	6.9	7.3	7.8	6.8
6-14	13.3	10.6	16.1	13.3	11.8	14.7
15-64	58.1	57.0	59.3	54.7	53.5	55.8
65 +	21.3	24.7	17.6	24.7	26.9	22.7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Analisando a situação dos deficientes por distrito de residência, é, igualmente, o grupo etário dos 15-64 anos que apresenta as maiores incidências em todos os distritos (ver anexo C.2). É certo que este é o grupo de pessoas activas onde as causas que conduzem às deficiências são, de modo global, qualitativa e quantitativamente maiores.

No entanto existem algumas variações dignas de realce como acontece nas crianças menores de cinco anos dos distritos de Caué, de Lembá e da Região Autónoma do Príncipe. Nestes distritos a incidência de deficiências em menores de cinco anos é superior à dos restantes e particularmente no distrito de Caué (15,6%), sendo o sexo feminino mais afectado nos distritos de Caué (21,7%) e de Lembá (14,3%) ainda dentro do mesmo grupo etário.

D. TIPOS DE DEFICIÊNCIA

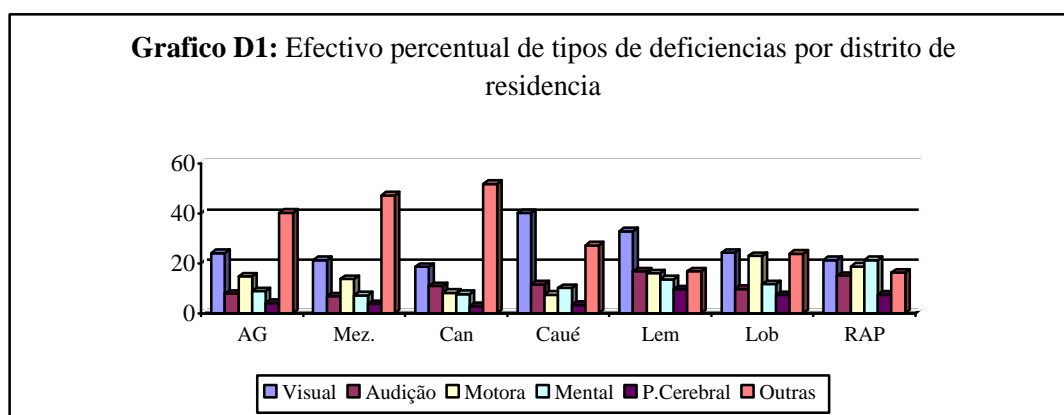
D.1 - Tipo de deficiência segundo o meio de residência

Quanto ao tipo de deficiências (ver anexo D1) encontramos no estudo que as deficiências visuais e as motoras são as mais prevalentes, quer nos homens quer nas mulheres; “outras deficiências”, que constituem um conjunto não especificado, têm grande incidência. Não existem grandes diferenças quanto ao meio de residência onde as deficiências visuais e motoras continuam junto a “outras deficiências” a ser as de maior incidência; no entanto, no meio urbano há mais homens (24,9%) deficientes visuais que mulheres (22,0%); no meio rural a diferença é somente de um ponto percentual. Quanto às deficiências motoras elas existem mais nas mulheres (15,4%) do meio urbano que nos homens (12,7%).

Podemos ver também que existem mais homens portadores de “outras deficiências” que mulheres, muito embora seja uma diferença de poucos pontos percentuais. No meio urbano há mais homens e mulheres portadores de “outras deficiências” que no meio rural. A mesma tabela indica-nos igualmente que as mulheres (5,1%) apresentam mais paralisia cerebral que os homens (3,8%), permanecendo esta tendência em relação ao meio de residência. Quanto à deficiência mental as diferenças não são significativas como se pode verificar.

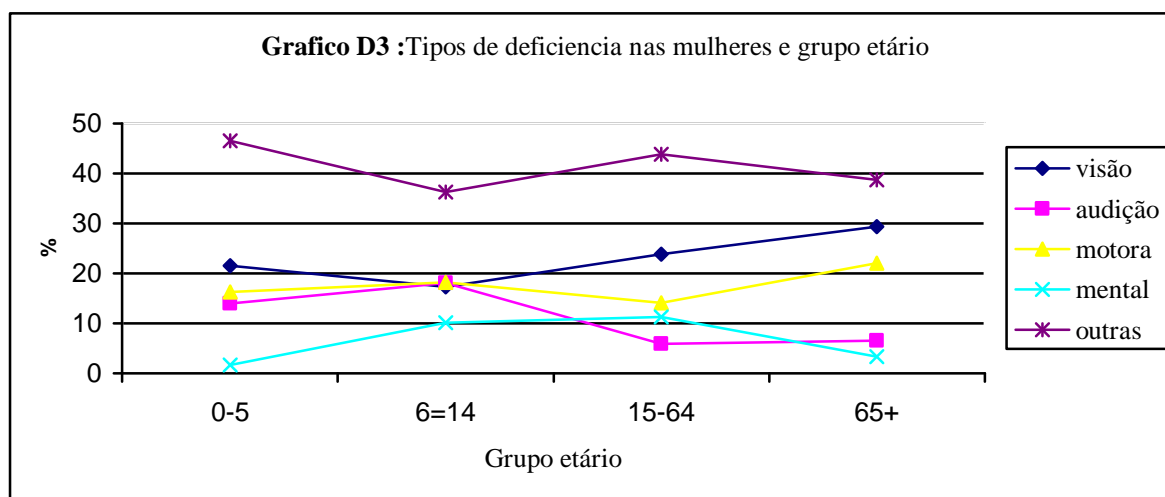
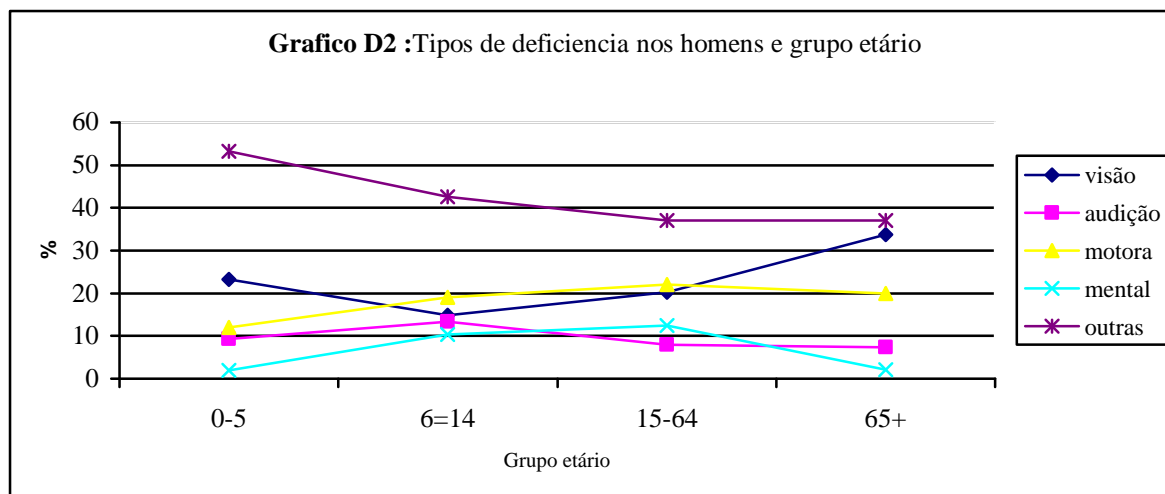
D.2 - Tipo de deficiência segundo o distrito de residência

As deficiências visuais e motoras são as mais frequentes em todos os distritos como nos indica o gráfico D.1 (ver também o anexo D.2). Entretanto se incluirmos as paralisias cerebrais dentro das deficiências motoras nalguns distritos, como no Príncipe e Lobata, as deficiências motoras ocupam o primeiro lugar em termos de afecção. As deficiências auditivas surgem em terceiro lugar, excepto no do distrito de Agua Grande onde as deficiências mentais surgem em terceiro lugar quanto a frequência. Chama a atenção que percentualmente os distritos de Caué, de Lembá, de Lobata e de Agua Grande têm mais deficientes visuais.



D.3 - Tipo de deficiência nos diferentes grupos de idade

No que concerne ao tipo de deficiência nos diferentes grupos etários (gráficos D2 e D3) vemos, com excepção das “outras deficiências”, que as deficiências visuais prevalecem em todos os grupos etários e em ambos os sexos. Se incluirmos as paralisias cerebrais dentro das deficiências motoras estas últimas prevalecem mais no grupo etário dos 6 aos 14 anos. A maior parte das paralisias cerebrais neste grupo etário pode ser consequência da infecção malárica que vem afectando sobremaneira as crianças.



E. INSTRUÇÃO E FREQUÊNCIA ESCOLAR DA POPULAÇÃO DEFICIENTE

E.1 - Instrução

O nível de instrução será analisado tomando como referencia o universo de pessoas portadoras de deficiências, pois todo o efectivo foi considerado sem se ter em conta a particularidade de haver entre os deficientes os menores de 6 anos que, devido a idade, não possuem qualquer nível de instrução (tabela E.1). No nosso entender a variável deveria relacionar-se com a frequência actual. Seja como for a primeira constatação é de que uma grande proporção (43,1%) da população portadora de deficiência não possui nenhum nível de instrução e 34,5% possui como nível de instrução o primário e 16,5% o nível secundário.

Entre os deficientes sem instrução, 54% são homens contra 32% de mulheres; quanto ao nível primário, 42,2% correspondem a mulheres e 26,8% a homens; no nível secundário, 18,2% e 14,9% correspondem respectivamente a mulheres e a homens portadores de deficiência.

Por outro lado os portadores de deficiência com níveis de instrução mais altos como são os níveis médio, pré-universitário e superior são pouco significativos.

As pessoas sem nível de instrução concentram-se maioritariamente no meio rural (48,3%) contra 38,8% do meio urbano.

Entre os que possuem o nível primário, 33,2% residem na zona urbana e 36% no meio rural; no entanto, os que possuem o nível secundário e pré-universitário residem mais no meio urbano; os restantes níveis apresentam níveis percentuais pouco significativos mas com alguma diferença entre os sexos. Segundo ainda a tabela E.1 parece não existir homens deficientes de níveis médio e superior no mundo rural.

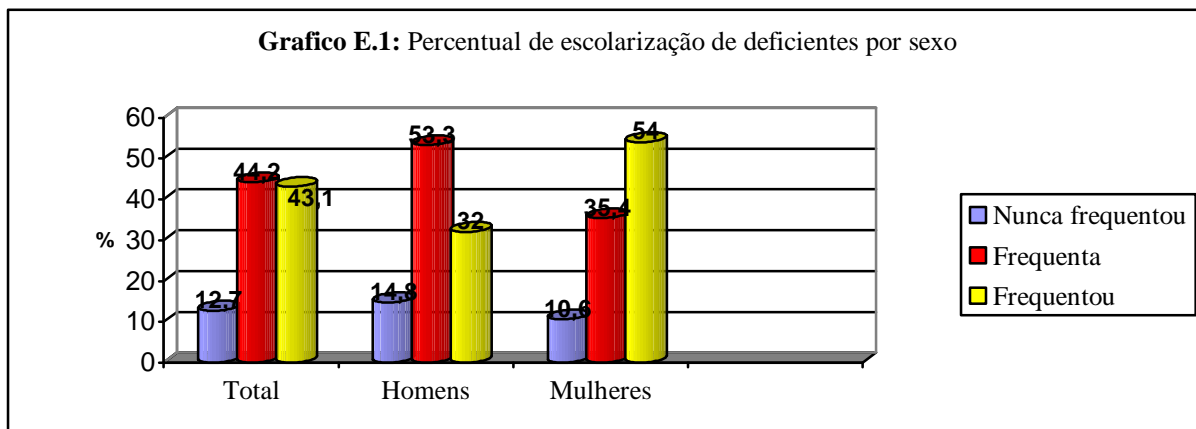
Tabela E.1 :Distribuição percentual da população deficiente por sexo e meio de residência segundo o nível de instrução									
Nível de instrução	Meio de residência								
	Total			Urbano			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Sem instrução	43.1	54.0	32.0	38.8	48.6	28.0	48.3	61.0	36.4
Pré-escolar	1.1	0.8	1.5	1.2	1.0	1.5	1.0	0.5	1.4
Primário	34.5	26.8	42.2	33.2	27.7	39.2	36.0	25.6	45.6
Secundário básico	16.5	14.9	18.2	19.6	17.1	22.3	12.8	11.9	13.5
Pré-universitário	3.9	2.8	4.9	5.6	4.3	7.0	1.8	0.9	2.5
Médio	0.3	0.3	0.4	0.5	0.6	0.5	0.1	0.0	0.2
Superior	0.7	0.4	0.9	1.1	0.7	1.5	0.2	0.0	0.3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Efectivos	4 414	2 227	2 187	2415	1 263	1 152	1 999	964	1 035

E.2 - Frequência escolar

Como vemos no gráfico E.1 cerca de 44,2% dos portadores de deficiência frequentam a escola, 43,1% deixaram de frequentar e 12,7% nunca frequentaram qualquer estabelecimento de ensino. Entre os homens a maioria (53,3%) frequenta a escola, 32% não frequentam e 14,8% nunca frequentaram, enquanto que 35,4% das mulheres frequentam contra 54% que frequentaram e 10,6% que nunca frequentaram estabelecimento de ensino algum.

No meio urbano mais homens (54,9%) frequentam a escola contra 39,1% de mulheres com uma diferença percentual já significativa; ainda no meio urbano é maior a percentagem de mulheres (48,6%) que deixou de frequentar a escola em relação a 28% dos homens (anexo E2).

No meio rural o comportamento destas duas variáveis é idêntico ao do meio urbano, embora não com os mesmos valores percentuais (anexo E2). Embora em níveis baixos existem mais homens deficientes analfabetos (14,8%) que mulheres (10,6%).



F. ACTIVIDADE ECONÓMICA DA POPULAÇÃO DEFICIENTE

O portador de deficiência tem como qualquer outro cidadão o direito ao emprego em função das suas condições físicas e funcionais de modo a poder dar o seu contributo para o desenvolvimento do País. Contudo os constrangimentos que encontram são de varia ordem, fazendo com que no seio da população deficiente existam muitos deficientes inactivos (63,4%) e somente 36,6% activos.

Uma análise comparativa da situação do desemprego será feita em relação a situação geral do desemprego no País.

A relação da população deficiente e a sua condição de emprego em função do meio de residência, ramo de actividade económica e situação no emprego serão de igual modo analisados neste capítulo.

F.1 – Condição perante o emprego

No universo da população deficiente os inactivos correspondem à 63,4%; são constituídos por reformados, estudantes, domésticos e “outros”, sendo que estes últimos representam cerca de 32,2%. Da população deficiente inactiva as mulheres constituem a proporção maior na ordem dos 71,6% em relação aos 55,1% dos homens. A condição de inactivo/doméstico afecta sobretudo o sexo feminino (30,5%). Pelo contrário, as outras condições que proporcionam o desemprego ou a inactividade afectam sobretudo os homens (35,1%).

Há mais homens deficientes reformados ou a estudar que mulheres, o que é absolutamente natural num País onde o status da mulher e a sua situação perante o mercado do emprego lhe é desfavorável.

A população de deficientes inactiva está ligeiramente mais concentrada no meio rural, confirmando-se a tendência global devido a menos oportunidades existentes naquele meio, mas a diferença percentual é mínima (2,7%). Quanto à população deficiente activa, 30% trabalha e os restantes 6,6% ou procuram o primeiro emprego ou procuram um novo emprego; a procura do primeiro emprego corresponde a 6,5%. As mulheres (7,2%) procuram o primeiro emprego mais que os homens (5,8%), tendência que se apresenta da mesma forma quanto ao meio de residência.

Existem muito mais mulheres deficientes na condição de domésticas (30,5%) que homens (16,6%); esta tendência mantém-se tanto no meio urbano como no rural.

Não existem diferenças significativas quanto ao meio de residência para os deficientes que trabalham, muito embora existam mais homens deficientes trabalhando quer no meio urbano (39,4%) quer no rural (38,6%); as mulheres portadoras de deficiência e que trabalham representam apenas 22,3% e 19,5%, respectivamente no meio urbano e no meio rural (tabela F.1.

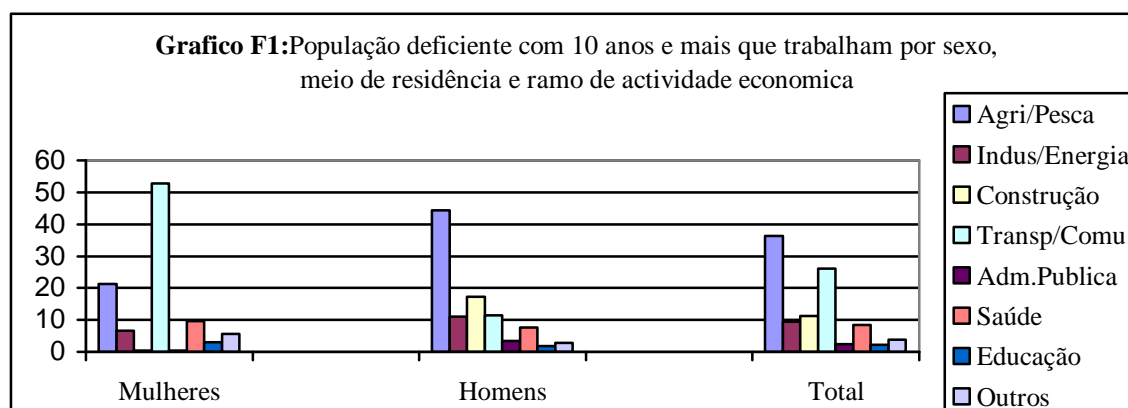
Tabela F.1 : Distribuição percentual da população deficiente com 10 anos e mais por sexo e meio de residência segundo a condição perante o trabalho

Condição perante trabalho/emprego	Meio de residência								
	Total			Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Activos	36.6	28.4	44.9	37.8	30.6	45.7	35.1	25.6	44.0
Trabalha	30.0	21.1	39.0	30.5	22.3	39.4	29.4	19.5	38.6
Proc. novo emprego	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1
Proc. 1º emprego Doméstica	6.5	7.2	5.8	7.2	8.1	6.3	5.7	6.0	5.3
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inactivos	63.4	71.6	55.1	62.2	69.4	54.3	64.9	74.4	56.0
Reformados	8.4	6.6	10.3	6.7	5.5	8.0	10.5	7.9	12.9
Estudantes	6.2	5.2	7.3	7.5	6.1	9.1	4.7	4.0	5.2
Domestico	16.6	30.5	2.4	16.3	29.2	2.1	17.0	32.2	2.8
Outros	32.2	29.3	35.1	31.7	28.6	35.1	32.8	30.3	35.1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Efectivos	4.414	2.227	2.187	2.415	1.263	1.152	1.999	964	1.035

Os ramos de actividade mais exercidos pelos deficientes são por ordem de importância a agricultura (36,3%), os transportes/comunicação (26%) e a construção civil (11,3%). E como nos indica o gráfico F1 a distribuição por sexo é variável, pendendo algumas actividades para este ou aquele sexo.

Assim, 44,4% dos deficientes que já trabalharam na agricultura ou nas pescas são homens e somente 21,2% são mulheres; as mulheres portadoras de deficiência (52,7%) trabalharam mais que os homens (11,4%) no sector de transportes e comunicação; na construção civil mais homens (17,2%) trabalharam, sendo a participação das mulheres de apenas 0,5%.

Nos sectores sociais como a saúde e a educação temos mais presença feminina como é a tendência global no País; a situação se inverte no que respeita a administração pública, mas continua a ser o reflexo do global verificado no País ou seja mais homens que mulheres na administração pública.



A situação dos portadores de deficiência perante o trabalho ou o emprego demonstra claramente que a maioria deles são trabalhadores por conta própria (52,3%), sendo destes 57,1% mulheres e 49,8% homens. No entanto, 44% dos deficientes trabalham por conta de outrem; as outras situações, como por exemplo o trabalho familiar, o trabalho não remunerado, têm pouca expressão.

No meio rural é onde maioritariamente residem os portadores de deficiência que trabalham por conta própria e sobretudo do sexo feminino. Já os portadores de deficiências que trabalham por conta de outrem residem maioritariamente no meio urbano e são sobretudo os do sexo masculino.

G. ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO DEFICIENTE

Quanto ao estado civil a tabela G.1 mostra-nos que a maior parte das pessoas portadoras de deficiência são solteiras (63%), confirmando a estrutura geral da população são-tomense no que toca a este aspecto; 25,7% dos mesmos vivem em união de facto e somente 4,7% estavam casados no momento do estudo. Do total de mulheres com mais de 10 anos portadoras de deficiência, 61,5% declararam serem solteiras e 24,2% vivem em união de facto; entre os homens a situação é quase idêntica, estando a maioria (64,6%) na condição de solteiro, e 27,2% declararam viver em união de facto.

Tabela G.1 : Distribuição percentual da população deficiente com 10 anos e mais por sexo e meio de residência segundo o estado civil actual

Estado civil actual	Meio de residência								
	Total			Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Solteiro(a)	63.0	61.5	64.6	62.9	62.9	62.9	63.1	59.5	66.5
Casado(a)	4.7	4.3	5.0	5.7	6.0	6.0	3.5	2.9	4.0
União de facto	25.7	24.2	27.2	25.9	28.6	28.6	25.4	25.1	25.6
Divorciado(a)	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	0.1	0.0
Separado(a)	3.5	5.0	1.9	2.4	1.3	1.3	7.1	7.1	2.6
Viúvo(a)	3.1	4.8	1.2	2.9	1.1	1.1	5.3	5.3	1.4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Efectivos	4.414	2.227	2.187	2.415	1.263	1.152	1.999	964	1.035

Esta situação não conhece variação quanto ao meio de residência, manifestando-se em prevalências quase idênticas tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino.

Globalmente este fenómeno de comportamento do estado civil da população deficiente é de todo parecido com o do resto da população.

CONCLUSÕES

Da análise dos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação 2001 relativos à população portadora de deficiência, alguns resultados devem ser retidos:

A população portadora de deficiência representa cerca de 3,2% do total da população residente ou seja 4414 indivíduos, estando repartido entre 49,5% de homens e 50,5% de mulheres com uma incidência ao nível nacional de 1,59% e 1,62% respectivamente.

Segundo o resultados existem mais deficientes no meio urbano (54,7%) que no rural (45,3%).

Por tipo de deficiências podemos concluir que são as “outras deficiências”, (cujas especificação não é feita no estudo, constituindo assim uma das limitações da metodologia utilizada,) as que se manifestam em maior percentagem (40,4%). Das especificamente classificadas, as deficiências visuais são as que mais prevalecem (23,3%), e logo a seguir as deficiências motoras (18,8%).

É de se realçar que as deficiências visuais aumentaram significativamente em relação à situação de 1991, enquanto que as motoras sofreram uma diminuição significativa em relação ao mesmo ano.

Todos os tipos de deficiências são mais prevalentes no meio urbano, excepto as paralisias cerebrais que se manifestam mais nas zonas rurais.

Em relação ao sexo, as deficiências visuais e as motoras são as que mais afectam quer os homens quer as mulheres.

Existem mais deficientes do sexo feminino (56,7%) nas áreas urbanas que do sexo masculino (52,7%), sendo o contrario nas zonas rurais.

Em termos proporcionais o distrito que tem a maior parte dos deficientes é o de Mézochi (4,7%) seguido dos distritos de Agua Grande e Lobata com uma proporção de cerca de 3% cada um deles. Ao que tudo indica a Região Autónoma do Príncipe é o que menos tem.

As deficiências incidem mais no grupo etário dos 15 aos 64 anos, faixa esta que no nosso entender é bastante elástica, mas que tratando-se de uma franja activa da população permite observar e estabelecer o relacionamento com as questões de emprego, conforto e oportunidades para esta classe da população são-tomense.

O meio urbano continua a ser onde maioritariamente se concentram os portadores de deficiências na faixa etária dos 15 aos 64 anos (58,1%).

Com excepção do grupo das “outras deficiências”, as deficiências visuais prevalecem mais no grupo etário dos 15 aos 64 anos tanto nos homens como nas mulheres.

Apesar dos esforços nacionais para combater o analfabetismo grande parte (43,1%) dos portadores de deficiência não possui qualquer nível de instrução e somente 34,5% dos mesmos

possui o nível primário. Esta situação confirma a desigualdade de oportunidades de que sofrem os deficientes, sobretudo no âmbito social. Dos portadores de deficiência sem nenhuma instrução, 54% são homens e 32% são mulheres; estes concentram-se mais no meio rural onde a oportunidade para a instrução é aparentemente menor; nos deficientes com instrução primária, 42,2% são mulheres e somente 26,8% são constituídos por homens, o que no conjunto dos que possuem nível de instrução primário e sem instrução os homens representam a maior fatia contrariamente ao que sucede no geral da população.

Os portadores de deficiência com níveis de instrução altos (universitários e superior) são pouco significativos.

Parece existir mais oportunidades para os homens frequentarem a escola do que para as mulheres o que também vem a confirmar a tendência geral na população.

Quanto à actividade económica, constata-se que só 36,6% dos portadores de deficiência são activos contra cerca de 63,4% de inactivos, situação que está bastante relacionada com as desigualdades verificadas em detrimento dos mesmos; o sexo feminino é o mais afectado em cerca de 71,6% dos inactivos, com destaque para o inactivo/doméstico.

O ramo da actividade económica exercida pelos deficientes por ordem de importância são: a agricultura (36,3%); os transportes/comunicação (26%); a construção civil (11,3%).

A situação no trabalho demonstra que a maioria dos portadores de deficiência são trabalhadores por conta própria (52,3%) e destes 57,1% são mulheres. O meio rural é onde se concentram aqueles que trabalham por conta própria.

O estado civil prevalecente nos portadores de deficiência é solteiro para ambos os sexos confirmando com o que existe na população em geral.

Face a estes resultados e ausência de políticas e estratégias que promovam a integração social e melhorem a condição de vida dessa camada populacional, concluímos que muito ou quase tudo resta por fazer a favor dos deficientes.

Cabe aos organismos do Estado, às Associações afins, às ONG em comunhão de esforços desenvolver programas e criar infra-estruturas capazes de facilitar a integração social dos portadores de deficiência.

Com estes resultados, estamos na posse de informações que de *per si* servem de base para a realização de estudos específicos para determinar os obstáculos que impedem, dificultam ou limitam essa integração na sociedade.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.